

dia a dia

ESTATÍSTICAS QUE SÓ AUMENTAM



Ana Paula Bimbat
anapb@diariosp.com.br

O cenário de violência contra mulher está cada vez mais preocupante.

Na segunda-feira, só a capital paulista registrou, entre quatro horas, ao menos três casos de feminicídio (quando se mata só porque a vítima é mulher). No domingo, uma juíza trabalhista foi assassinada com um tiro na cabeça, disparado pelo marido, um delegado da Polícia Civil.

Entre os casos registrados na segunda-feira, está o da doméstica Maria do Carmo Cândido, 67. Seu marido, o ajudante geral Antônio de Souza, 63, a agrediu até a morte. O homem, alcoolizado, segundo boletim de ocorrência, teria chegado por volta das 12h em um bar próximo de sua casa, na Brasilândia, Zona Norte, falando que havia assassinado a mulher. Quando a polícia chegou ao local encontrou o corpo de Maria.

O cenário se repetiu com a advogada Celina Mascarenhas, de 35 anos. Era por volta das 14h, quando ela foi morta pelo policial militar e ex-marido Maurício de Oliveira Gama, 47, com um tiro na cabeça, segundo o boletim de ocorrência.

À polícia, a mãe de Celina contou que a filha ficou casada com Gama por 10 anos, mas estavam separados há seis meses por conta de desentendimentos e agressões físicas. Ela disse ainda que o filho do casal, de 7 anos, chegou a ouvir o disparo dado pelo PM contra a advogada. O caso aconteceu no Bom Retiro, região central.

No Capão Redondo, extremo Sul, por volta das 16h, um histórico diferente, mas com o mesmo fim. Um jovem estrangulou sua namorada após um desentendimento entre o casal. Siria Silva Souza, 18, morreu após ser agredida brutalmente. O pai do suspeito procurou as autoridades policiais para denunciar o próprio filho. Horas depois, Jailson Ferreira de Souza, 20, foi encontrado e detido.

Os casos de Celina e Siria foram registrados como homicídio simples e o da doméstica Maria do Carmo como qualificado. Especialistas em violência con-

tra mulher defendem o registro do boletim de ocorrência como feminicídio para combater a impunidade.

Os autores do crime foram detidos e após audiência de custódia, realizada ontem, tiveram a prisão de flagrante convertida em preventiva. Ou seja, vão responder o crime presos.

EXISTE SOLUÇÃO / Para a promotora do núcleo de gênero do MP-SP (Ministério Público de São Paulo), Valéria Scarance, facilitar o acesso para as mulheres denunciarem e apresentar o conteúdo da Lei Maria da Penha são algumas das ações que devem ser feitas para acabar com o aumento dos casos de feminicídio.

“É preciso oferecer proteção imediata e que os autores sejam presos. Amigos, familiares não devem desqualificar o depoimento da vítima”, pontuou. Segundo a promotora, é essencial que os casos sejam registrados como feminicídio para que não haja uma “invisibilidade da morte de mulheres” no país.

Covardia que não tem fim!

Ao menos três casos de feminicídio foram registrados só na segunda-feira na capital. Dados mostram que 30% das mortes de mulheres tinham o marido como autor do crime

